



MPC/DF

FL.: 13
Proc.: 3097/04

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PROCURADORA GERAL**

Processo nº: 3097/04

Parecer nº: 0703/08 - CF

Assunto: Pensão militar

Ementa:

CBMDF. Pensão militar. M.P. nº 2.218/01. Concessão para a filha com mais de 21 anos de idade. Revisão. Inclusão da companheira. Instrução sugere ilegalidade da concessão inicial de pensão e diligência no caso da revisão. Inconstitucionalidade formal dos §§ 3º e 4º do artigo 36 da Lei nº 10.486/02, inseridos por iniciativa parlamentar. Dispositivo alterado pela M.P. nº 56/02, convertida na Lei nº 10.556/02. Precedentes do STF e do TCDF. Artigo 68 da Lei nº 10.486/02 (resultado da conversão da M.P. nº 2.218/01). MP, com adendo, acolhe a proposta.

Discorrem os autos acerca da pensão instituída pelo extinto Cabo BM Luis Carlos Cores, em favor da filha Carla Costa Cores Silva, cumulados com os de revisão, para incluir a companheira Eulinda de Sousa.

2. O Corpo Técnico, preliminarmente, fez um breve histórico da legislação que rege a concessão de pensão militar, com os seguintes destaques:

a) até 05.09.2001, data de publicação da M.P. nº 2.218/01, a habilitação à pensão encontrava fundamento no artigo 7º da Lei nº 3765/60 (I - à viúva; II - aos filhos de qualquer condição, exclusive os maiores do



MPC/DF

FL.: 13
Proc.: 3097/04

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PROCURADORA GERAL

sexo masculino, que não sejam interditos ou inválidos; III - aos netos, órfãos de pai e mãe, nas condições estipuladas para os filhos; IV - à mãe viúva, solteira ou desquitada, e ao pai inválido ou interdito; V - às irmãs germanas e consanguíneas, solteiras, viúvas ou desquitadas, bem como aos irmãos menores mantidos pelo contribuinte, ou maiores interditos ou inválidos; VI - ao beneficiário instituído, desde que viva na dependência do militar e não seja do sexo masculino e maior de 21 (vinte e um) anos, salvo se fôr interdito ou inválido permanentemente).

b) a M.P. nº 2.218/01 alterou a ordem de prioridade (I - primeira ordem de prioridade - viúva ou viúvo; companheira ou companheiro; e filhos menores de vinte e um anos ou, quando estudantes universitários, menores de vinte e quatro anos; II - segunda ordem de prioridade - pais, ainda que adotivos, que comprovem dependência econômica do contribuinte; III - terceira ordem de prioridade - a pessoa designada, mediante declaração escrita do contribuinte e que viva sob a dependência econômica deste, quando menor de vinte e um ou maior de sessenta anos.)

c) na conversão dessa MP para a Lei nº 10.486/02 (não foi alterada a ordem de preferência dos pensionistas), acrescentou-se o § 3º ao artigo 36, assegurando aos militares, mediante contribuição específica e concordância tácita ou renúncia expressa, a manutenção dos benefícios previstos na Lei nº 3.765/60.

3. Porquanto a Lei nº 10.486/02, na data de óbito do ex-militar, ainda não havia sido publicada, pugnou pela ilegalidade da concessão de pensão à filha maior (com 31 anos de idade), argumentando que a M.P. nº 2.218/01, quanto aos filhos (masculino ou feminino), amparou somente os menores de 21 anos de idade e que a Lei nº 10.486/02 ainda não vigorava na data de óbito do ex-militar (o § 3º dessa lei assegurou aos militares, mediante alguns requisitos, a manutenção dos benefícios da Lei nº 3.765/60).

4. No pertinente à revisão, registrou as seguintes impropriedades: a) menção à Lei nº 10.486/02 em vez da M.P. nº 2.218/01; e b) a companheira faz jus à pensão integral, face ao aludido nos parágrafos precedentes.

5. Ademais, salientou que não consta dos autos documentos que comprovem a realização, com aproveitamento, de curso de Especialização ou de Habilitação que justifique a percepção de mais 15% a título de Adicional de Certificação Profissional.

6. Finalizando, sugeriu a ilegalidade da concessão de pensão à filha maior de idade e, quanto à revisão, o retorno dos autos à Origem, em diligência, para adoção das medidas pertinentes.

7. Verifico que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e



MPC/DF

FL.: 13
Proc.: 3097/04

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PROCURADORA GERAL**

Territórios – TJDF, ao analisar a ação impetrada por Selma Maceió Rio Branco Schirmer (Processo nº 2004.00.2.006957-5), indeferiu o *“restabelecimento do pagamento da pensão militar que vinha recebendo em decorrência do falecimento de seu genitor, ex-Soldado do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal”*, porquanto na data do óbito vigia a M.P. nº 2.218/01, bem como negou provimento ao Agravo de Instrumento, conforme se observa da ementa:

PENSÃO MILITAR. FILHA. MAIOR DE 24 ANOS. ÓBITO DO GENITOR OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA LEI NOVA. RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE.

1. O regramento do direito à pensão por morte há de ser feito com base na lei vigente à época do óbito do militar. Tendo o óbito ocorrido na vigência da Medida Provisória nº 2.218, de 5 de setembro de 2001, que foi convertida na Lei federal nº 10.486, de 4 de julho de 2002, a pensão militar obedecerá às normas vigentes, não se aplicando, em tal caso, as disposições contidas na Lei Federal nº 3.765, de 4 de maio de 1960, alterada pela Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.

2. De acordo com o art. 37, I, da Medida Provisória nº 2.218, de 05 de setembro de 2001, convertida na Lei Federal nº 10.486, de 4 de julho de 2002, a pensão militar será deferida aos filhos menores de vinte e um anos ou, quando estudantes universitários, menores de vinte e quatro anos. Como a agravante, no caso em apreço, já contava com 26 (vinte e seis) anos de idade na data do óbito do genitor, ex-Soldado do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e não é inválida, é evidente que não possui direito de receber o benefício. Assim, correto está o ato administrativo que cancelou o pagamento da pensão militar que vinha sendo indevidamente efetuado à agravante.

8. O TCDF, na mesma senda, ao apreciar os autos do processo de pensão militar instituída pelo ex-Soldado BM João Paulo Mendes Rio Branco, Processo nº 2176/04, em favor do filho Daniel Dias Rio Branco, considerou legal aquela concessão, bem como tomou conhecimento do cancelamento do pagamento daquele benefício, com base no artigo 37, inciso I, da M.P. Nº 2.218/01. Ressalte-se que a impetrante da ação aludida no parágrafo precedente é filha do instituidor da pensão tratada nos autos daquele processo.

9. Noutra vertente, o TJDF, no Processo nº 2005.00.2.004595-9, impetrada por Roberta Cristiane Vidal de Matos e outros, decidiu de forma contrária, conforme se observa da ementa do Agravo de Instrumento interposto pelo Distrito Federal:



MPC/DF

FL.: 13
Proc.: 3097/04

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PROCURADORA GERAL**

Agravo de Instrumento. Pensão. militar. óbito ocorrido na vigência da Medida Provisória nº 2.218/2001. Lei nº 10.486/2002. garantia de manutenção dos benefícios da Lei nº 3.765/1960 às filhas. Presunção de existência de Direito. verba alimentar. antecipação de tutela. art. 273 do Código de Processo Civil. requisitos presentes. deferimento. imposição. Agravo improvido.

I - É certo que a pensão militar é regulada pelas normas vigentes na data do óbito, contudo, tendo este ocorrido durante a Medida Provisória nº 2.218, de 5 de setembro de 2001, que, convertida na Lei federal nº 10.486, de 4 de julho de 2002, restou por oportunizar aos servidores militares que se já encontravam integrados ao quadro à época a manutenção dos benefícios da Lei nº 3.765/1960 tão-somente para suas filhas, emerge incontestemente a verossimilhança do direito destas, impondo-se ao Judiciário resguardá-lo *ab initio*, mormente por se tratar de verba alimentícia.

II - Agravo improvido.

10 O Relator daquele feito, Desembargador Nívio Geraldo Gonçalves, em seu voto, tendo colacionado precedente daquela corte, no mesmo sentido (TJDFT – Primeira Turma Cível, AGI nº 2004.00.2.006957-5, Relator: Desembargador Roberval Casemiro Belinati, publicado no DJ de 01.03.2005, à pag. 113), deixou transparecer a possibilidade de aplicação da Lei nº 10.486/02, **verbis**:

[...] É nessa esteira que se impõe ressaltar, pois, que a Lei nº 10.486/2002, pelos §§ 3º e 4º do seu art. 36, oportunizou aos servidores militares que já se encontravam integrados ao quadro à época, a manutenção dos benefícios da Lei nº 3.765/60, cuja fruição, em face das incontáveis alterações sofridas por este diploma no período de outubro de 1960 até setembro de 2001 (quando editada a MPV nº 2.215-10), ficou adstrita tão-somente às filhas de militares, que é o caso dos autos.

[...]

Observe-se, pois, que o benefício em comento, que passou a ser intitulado 'pensão militar adicional', só pôde ser mantido, segundo seu arbítrio, por quem já era militar quando do advento da Lei nº 10.486/2002 e, portanto, contribuinte do regime antecedente, regulado pela Lei nº 3.765/60, tendo como destinatárias hábeis ao benefício apenas e tão-somente filhas, denotando-se evidente que o intuito da norma foi justamente o de resguardar direitos subjetivos adquiridos.

Não se olvida que a manutenção das benesses da legislação anterior só poderia se perfectibilizar mediante a adição de uma contribuição específica, absolutamente distinta da obrigatória, no montante certo e determinado de 1,5% (um e meio por cento)



MPC/DF

FL.: 13
Proc.: 3097/04

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PROCURADORA GERAL**

sobre o soldo, o que não pode ser implementado pelo titular do plano previdenciário em comento, já que falecera em 10 de março de 2002, após, portanto, a edição da Medida Provisória nº 2.218, em 5 de setembro de 2001, que não previa tal excepcionalidade, e antes da conversão desta na Lei nº 10.486, em 4 de julho de 2002, quando foram acrescidos os §§ 3º e 4º mencionados.

No entanto, a teor do próprio texto legal, o exercício do direito à 'pensão militar adicional' não exige carência, não se condiciona a tempo mínimo de contribuição extraordinária, o que enseja a interpretação de que, atendidos os requisitos previstos na Lei nº 3.765/60, o direito à pensão haveria de ser deferido a qualquer momento, após o advento da Lei nº 10.486/01, desde que não tivesse havido renúncia do militar ao mesmo (§ 3º, *in fine*).

Nessa trilha, falecido o servidor sob a égide da Medida Provisória nº 2.218/2001 ou mesmo imediatamente após a entrada em vigor da Lei nº 10.486/01, mas antes de efetivado o primeiro desconto em folha da contribuição extra de 1,5% (um vírgula cinco por cento) sobre o soldo, emerge palpável a verossimilhança da existência de direito subjetivo das filhas do respectivo titular aos benefícios da Lei nº 3.765/60, a exigir, iniludivelmente, a tutela prefacial do Poder Judiciário, até que sobrevenha veredicto acerca da eficácia das alterações introduzidas pelo novel diploma, resultante da conversão daquela iniciativa de lei do Poder Executivo federal.

Ex vi das considerações expendidas, resta inarredável a verossimilhança do direito que se busca tutelar na ação originária. [...]

11. Naqueles autos, o Distrito Federal, alegou violação aos artigos 535, inciso II, e 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e interpôs o Recurso Especial nº 860.189-DF (2006/0125262-4). O Superior Tribunal de Justiça – STJ negou seguimento ao recurso, nos seguintes termos:

Não me deparo com a alegada afronta ao art. 535, II, do Cód. De Pr. Civil, porque, de um lado, não havia omissão a ser suprida; de outro, foram pertinentes e válidos os fundamentos que serviram de amparo ao acórdão para chegar àquela conclusão. Ora, as questões aduzidas nos embargos de declaração já havia o Tribunal de origem dado resposta. [...]

E, ainda, no julgamento dos embargos de declaração expressamente concluiu que “emerge iniludível, pois, apesar da infelicidade de sua redação, que a norma em comento teve por escopo mesmo foi oportunizar a manutenção dos benefícios do sistema anterior do regime especial de previdência apenas aos que já haviam aderido a ele até 29 de dezembro de 2000”.



MPC/DF

FL.: 13
Proc.: 3097/04

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PROCURADORA GERAL

Houve, portanto, manifestação suficiente sobre aquele tema, não se podendo atribuir ao colegiado a pecha de omissor só porque decidiu do modo como decidiu.

Com relação à alegada violação do art. 538, parágrafo único, do Cód. De Pr. Civil, tenho que o recurso também não merece provimento. Ora, os embargos de declaração, na espécie, foram realmente opostos com o intuito protelatório, uma vez que não demonstraram a existência de omissão, contradição ou obscuridade, traduzindo mero inconformismo com o teor da decisão embargada. Tal o desiderato, correta a sanção pelo Tribunal local. [...]

13. Observa-se que a M.P. nº 2.218/01 não previu a manutenção dos benefícios previstos na Lei nº 3.765/60, redação vigente até 29.12.2000, dentre os quais, a concessão de pensão às filhas com mais de 21 anos de idade, às irmãs germanas e consanguíneas (solteiras, viúvas ou desquitadas) e aos irmãos menores ou maiores, interditos ou inválidos, mantidos pelo instituidor.

14. A manutenção de tais benefícios, incluída pela Lei nº 10.486/02, configura inconstitucionalidade, por vício formal, de iniciativa parlamentar que resultou em aumento de despesa relativa à matéria de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, apesar de por ele sancionada. Nesse sentido, extensa a jurisprudência do STF, dentre outras, conforme se observa:

Processo legislativo. Iniciativa privativa do poder executivo. Emenda pelo Poder Legislativo. Aumento de despesa. Norma municipal que confere aos servidores inativos o recebimento de proventos integrais correspondente ao vencimento de seu cargo. Lei posterior que condiciona o recebimento deste benefício, pelos ocupantes de cargo em comissão, ao exercício do serviço público por, no mínimo, 12 anos. Norma que rege o regime jurídico de servidor público. Iniciativa privativa do Chefe do Executivo. Alegação de inconstitucionalidade desta regra, ante a emenda da Câmara de Vereadores, que reduziu o tempo mínimo de exercício de 15 para 12 anos. Entendimento consolidado desta Corte no sentido de ser permitido a Parlamentares apresentar emendas a projeto de iniciativa privativa do Executivo, desde que não causem aumento de despesas (art. 61, § 1º, a e c combinado com o art. 63, I, todos da CF/88). Inaplicabilidade ao caso concreto." (RE 274.383, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ 22/04/05)

15. Calha registrar que o Tribunal, em matéria similar (inserção, por iniciativa parlamentar, do parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 10.486/02), no Processo nº 7879/06 (*Representação nº 01/2006 - IMF, do Procurador INÁCIO MAGALHÃES FILHO, em que sugere ao Tribunal determinar à*



MPC/DF

FL.: 13
Proc.: 3097/04

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PROCURADORA GERAL

Inspetoria competente que proceda a estudos especiais, com o fito de analisar se ainda é possível a concessão de pensão militar por morte ficta, após o advento da Lei nº 10486/2002), por meio da Decisão nº 3046/07, decidiu:

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - dar provimento ao recurso interposto pelo Ministério Público junto à Corte; II - reformar a Decisão nº 6.217/2006, para considerar que, após o advento da Lei nº 10.486/2002, não mais subsiste a possibilidade de concessão de pensão militar por morte ficta; **III - com fundamento na Súmula nº 347 do Supremo Tribunal Federal e nos precedentes daquela Corte (ADI-MC 2364 - AL, ADI-MC 776 - RS e ADI-MC 1291-DF, ADI 2.118-MC, RE 290.776, ADI 2.113-MC, ADI 2.170,) considerar que o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 10.486, de 04.07.2002, inserido mediante iniciativa parlamentar, não guarda conformidade com a Constituição Federal (63, inciso I), por configurar usurpação do poder de iniciativa reservado ao Senhor Presidente da República;** IV - dar ciência desta decisão ao Chefe do Poder Executivo distrital e aos Senhores Procurador-Geral e Comandantes-Gerais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Vencida a Conselheira ANILCÉIA MACHADO, que votou pelo improvimento do recurso, no que foi seguida pelo Conselheiro JORGE CAETANO. (grifei)

16. Somente após a edição da Lei nº 10.486/02 (04.07.2002), o Chefe Poder Executivo Federal editou a M.P. nº 56/02 (19.07.2002), convertida na Lei nº 10.556/02, dando nova redação ao dispositivo em comento, vazada nos seguintes termos:

§ 3º Fica assegurado aos atuais militares:

I - a manutenção dos benefícios previstos na Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, até 29 de dezembro de 2000, mediante contribuição específica de um vírgula cinco por cento da remuneração ou proventos; ou

II - a renúncia, em caráter irrevogável, ao disposto no inciso I, desde que expressa até 31 de agosto de 2002.

17. Assim, a manutenção dos benefícios previstos na Lei nº 3.765/60, somente é possível após a edição da M.P. nº 56/02, convertida na Lei nº 10.556/02, não obstante os termos do artigo 68 da Lei nº 10.486/02: “Art. 68. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2001”.

18. Tal dispositivo indica que os efeitos da Lei nº 10.486/02 alcançam as situações jurídicas constituídas a partir de 1º de outubro de 2001, naqueles dispositivos legais sob o manto da constitucionalidade,



MPC/DF

FL.: 13
Proc.: 3097/04

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PROCURADORA GERAL**

diferentemente do artigo 36, §§ 3º e 4º, da Lei nº 10.486/02, inseridos por iniciativa parlamentar, e, posteriormente, alterado pela MP nº 56/02.

19. Ante o exposto, com o adendo dos parágrafos precedentes, o MPC/DF acolhe as sugestões ofertadas pela Inspeção

É o parecer.

Brasília, 21 de maio de 2008.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora-Geral